

PLÁGIO E INTEGRIDADE ACADÉMICA



NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

TÍTULO

Plágio e integridade académica na sociedade da informação

COORDENAÇÃO

Ana Novo, Ana Nobre, João Simão e Pedro Pereira

PRODUÇÃO

Serviço de Produção Digital | Direção de Apoio ao Campus Virtual

EDIÇÃO

Universidade Aberta 2020

COLEÇÃO

Ciência e Cultura | N.º 10

ISBN: 978-972-674-882-3

DOI: <https://doi.org/10.34627/ftpm-hq41>

Este livro é editado sob a Creative Commons Licence, CC-BY-NC-SA.
De acordo com os seguintes termos:
Atribuição-NãoComercial-CompartilhaGual.

ESTRATÉGIAS E INICIATIVAS DA UNIVERSIDADE ABERTA PARA A PROMOÇÃO DA ORIGINALIDADE NOS TRABALHOS ACADÉMICOS

Ana Novo, Ana Nobre, João Simão, Pedro Pereira

O PLÁGIO COMO QUESTÃO PÚBLICA

Carlos Lopes

RETOS Y DIFICULTADES PARA COMBATIR EL PLAGIO ACADÉMICO

Germán Ruipérez

José-Carlos García-Cabrero

INVESTIGAÇÃO SOBRE FRAUDE ACADÉMICA EM PORTUGAL – REVISÃO DE LITERATURA

Sónia P. Gonçalves

Joaquim Fernando Gonçalves

Rosária Ramos

INTEGRIDADE ACADÉMICA E PLÁGIO. COMO LEVAR À MUDANÇA DENTRO E FORA DA SALA DE AULA?

Andreia Fernandes Silva

Katiane Coelho

A PREVENÇÃO DO PLÁGIO NO ENSINO SUPERIOR. ILAÇÕES A PARTIR DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Madalena Ramos

César Morais

NOTAS BIOGRÁFICAS

A PREVENÇÃO DO PLÁGIO NO ENSINO SUPERIOR. ILAÇÕES A PARTIR DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Madalena Ramos¹ & César Morais²

¹ CIES-IUL, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

² CICS.NOVA, FCSH-UNL

INTRODUÇÃO

O plágio entre alunos no ensino superior é um fenómeno transversal a vários países que tem persistido ao longo da história (McCabe, 1999; Eckstein, 2003). No entanto, tem ganhado novos contornos e maior sofisticação nas últimas décadas, quer por via de desenvolvimentos das tecnologias de informação e comunicação a par com o acesso crescentemente facilitado a fontes de informação, quer decorrentes do crescimento das próprias comunidades académicas e da sua abertura a novos públicos (Hallak, 2016). Este fenómeno e os seus desenvolvimentos recentes têm vindo a ser crescentemente objeto de estudo e de debate na comunidade científica e académica internacional (Carroll, 2016).

Em contexto nacional não existem estatísticas oficiais que monitorizem a evolução de qualquer tipo de fraude académica, nem tampouco é usual que as instituições de ensino divulguem dados a esse respeito, o que certamente contribui para a relativa invisibilidade deste tema na academia e obstaculiza o estudo e debate sobre a sua prevenção, vigilância e sanção. Contudo, nos primeiros anos da presente década decorreram três projetos de investigação de âmbito nacional que, não obstante as suas diferenças metodológicas e conceptuais, convergem ao assinalar uma elevada incidência de várias formas de plágio entre os alunos do ensino superior portugueses inquiridos.

A primeira investigação, tendo como objetivo “caracterizar a situação portuguesa no que se refere aos diversos comportamentos e condutas desviantes por parte de estudantes do ensino superior, designadamente cópia em exames e plágio” (Teixeira, 2011, p. 1), assentou numa inquirição por questionário *online* a uma amostra não probabilística de 5.403 estudantes do ensino superior no ano letivo de 2010/11, englobando os vários ciclos de ensino e diversas proveniências institucionais. Verificou-se que 45,6% destes alunos assumiram já ter cometido autoplágio ao

“reciclar ensaio/trabalho/artigo escrito para uma dada disciplina e usá-lo numa outra disciplina” e 42,1% já ter plagiado ao “submeter um ensaio/ trabalho/ artigo sem ter colocado as referências bibliográficas em que se apoiou” (Idem, p. 2).

Numa investigação posterior, cujo objetivo principal era “analisar a atitude dos alunos do 1.º ciclo do ensino superior em Portugal perante a fraude académica cometida por alunos” (Almeida et al., 2015, p. 25), foi inquirida uma amostra por quotas de mais de 7.200 estudantes em cursos de 1.º ciclo ou similares (incluindo mestrado integrado), em 2011/12, através da aplicação direta de um questionário. A amostra integrou todos os subsistemas de ensino superior em Portugal e abrangeu a totalidade das áreas de educação e formação definidas na Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF). Nesta pesquisa que avaliou, entre outras dimensões, a predisposição para cometer fraudes académicas, destaque-se no que se refere ao plágio, o facto de 73% dos inquiridos declararem que “apresentar[iam] o mesmo trabalho em diferentes disciplinas”, o que configura uma situação de autoplágio, 38,9% assumem que plagiariam ao “copiar um trabalho da internet sem revelar a sua fonte” e 30,6% que fariam “plágio autorizado do trabalho de um colega” (Idem, p.46).

A terceira investigação inscreve-se num projeto internacional (*Impact of Plagiarism in Higher Education Across Europe*), que decorreu entre 2010 e 2013 e cujo objetivo principal era “to establish how the difficult and growing problem of student plagiarism was being tackled by Higher Educational Institutions across the European Economic Area and beyond” (Glendinning, 2013, p. 5). A recolha de informação fez-se através da aplicação de um questionário *online* a uma amostra não probabilística, bastante mais pequena do que a dos dois estudos anteriormente referidos, mais concretamente de 189 alunos, de 1.º e 2.º ciclo em várias instituições, no ano de 2013. Os resultados portugueses permitiram concluir que 39% dos estudantes “acreditam que já cometeram plágio de forma accidental ou deliberada” (Glendinning, 2014, p. 2). Acrescente-se, que esta percentagem é a sétima mais elevada no conjunto de 25 países europeus observados (Foltýnek & Glendinning, 2015).

A comprovada existência de plágio entre alunos do ensino superior português, a par com a também diagnosticada escassez de medidas de prevenção ou dissuasão além das punitivas (Peixoto et al., 2016; Glendinning, 2014), incentivaram os autores deste texto a conceber e implementar uma prática pedagógica destinada à prevenção do plágio e à promoção da honestidade académica. Este texto apresenta essa prática, salientando, primeiro, os pressupostos e fontes de inspiração que lhe subjazem, para depois refletir sobre os seus efeitos e prolongamentos possíveis.

PERSPETIVAR O PLÁGIO ENTRE ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR: ENTRE A (I)MORALIDADE E O (DES)CONHECIMENTO

Os estudos de diversas áreas científicas que abordaram este fenómeno no presente século têm sobretudo enfatizado o carácter (i)moral do plágio, assumindo que as práticas de plágio entre alunos traduzem sobretudo um comportamento desonesto e intencional que deve ser mensurado, para depois ser prevenido, vigiado e punido (Adam, 2016; Kaposi & Dell, 2012). Assim, têm procurado sobretudo avaliar a relação dos alunos com o plágio, mapear quem plagia, aferir a incidência das várias formas de plágio, descortinar os seus fatores motivadores ou inibidores (Adam, 2016; Husain, Shaker, e Mahfoodh, 2017), bem como averiguar as práticas e perceções de quem verifica os trabalhos académicos e de quem sanciona os casos de plágio detetados (Gottardello, Pàmies, e Valverde, 2017). Numa segunda vertente, são também recorrentes as análises que perspetivam o plágio enquanto problema político das instituições de ensino superior (Adam, 2016; Kaposi & Dell, 2012), transportando assim o foco de análise para os regulamentos e códigos de ética académicos, avaliando a sua difusão nas comunidades académicas, assim como a adequação e a eficácia das políticas institucionais de combate ao plágio neles previstas (Adam, 2016).

Estas duas linhas de investigação dominantes, onde podemos inscrever as investigações em contexto nacional referidas antes, assumem a intencionalidade como intrínseca ao plágio e as suas recomendações dirigem-se mais à sua vigilância e sanção do que à sua prevenção (Macdonald & Carroll, 2006). No entanto, os resultados de muitas destas investigações, inclusive as que observaram o cenário português, não corroboram essa assunção de intencionalidade, surgindo o desconhecimento das regras em vigor ou a incapacidade de as cumprir entre os principais elementos motivadores do plágio entre alunos (Almeida et al., 2015; Park, 2003), quer do ponto de vista dos próprios alunos, quer na perspetiva dos docentes que verificam os seus trabalhos, assim como assoma entre os primeiros uma conceção minimalista das consequências negativas de algumas formas de desonestidade académica (Power, 2009). Por outro lado, é também frequente que as políticas institucionais relativas ao plágio, ainda que maioritariamente desconhecidas nas comunidades académicas que regem, seja a nível internacional (Foltýnek & Glendinning, 2015) ou nacional (Peixoto et al., 2016; Ramos, 2016), considerem a possibilidade deste não ser premeditado e/ou suavizem a penalização caso se trate de uma primeira infração (Adam, 2016).

Na esteira destas constatações, recentemente encontramos um crescente número de investigações que enquadram o plágio no âmbito da aprendizagem de competências para a intertextualidade científica (Adam, 2016; Husain, Shaker, e

Mahfoodh, 2017; Kaposi & Dell, 2012)¹. Trata-se de assumir que nem todos os que acedem ao ensino superior têm uma familiaridade com a ética académica ou com as normas em vigor nesse contexto, como se fossem “académicos-em-espera” (Kaposi & Dell, 2012) mesmo antes de iniciar a sua formação. Com efeito, realizar um trabalho académico isento de plágio não implica apenas aderir a uma pauta moral de honestidade, requer também o domínio de saberes específicos e a adoção de determinadas práticas. Ainda que essas competências na intertextualidade científica sejam transversalmente exigidas raramente são abordadas nos processos de ensino-aprendizagem, o que pode, especialmente junto daqueles que acedem ao ensino superior pela primeira vez, potenciar casos de plágio apenas decorrentes de desconhecimento ou de uso incorreto das convenções em vigor no âmbito da escrita académica e científica. Esta decomposição do plágio entre intencional e não intencional, considerando-o como um fenómeno situado no âmbito do desenvolvimento dos estudantes enquanto escritores académicos (Adam, 2016), permite quebrar o monopólio da moralidade no seu estudo e expandir as possibilidades de ação especialmente quanto à sua prevenção.

Uma viragem crucial nesta linha de estudos consiste no reconhecimento da pluralidade do plágio (Kaposi & Dell, 2012), quer distinguindo as suas distintas manifestações como, por exemplo, o autoplágio, a partilha indevida de autorias ou a compra de trabalhos, quer problematizando as fronteiras entre o que pode, ou não, ser considerado plágio em processos de escrita intertextuais, como no caso de uma paráfrase mal construída mas devidamente creditada. De facto, não existe ainda uma definição conceptual universal de plágio nem uma delimitação inequívoca das suas manifestações possíveis (Sutherland-Smith, 2008). Existem, porém, pontos comuns entre as várias definições de plágio relacionadas com a correta declaração da autoria e da originalidade dos textos e o reconhecimento das fontes neles citadas de acordo com as normas aplicáveis, sendo a intencionalidade com que o plágio é cometido encarada como irrelevante na sua delimitação (Pecorari, 2002).

No que concerne a oportunidades pedagógicas para a prevenção do plágio, destaca-se, desde logo, as indecisões dos alunos do ensino superior quando procuram definir e identificar as várias faces do plágio (Childers & Bruton, 2016), assim como as dificuldades que revelam em construir corretamente paráfrases, metáfrases e sumários (Hutchings, 2014; Park, 2003), referenciá-las de forma adequada (Gullifer & Tyson, 2010), gerir eficazmente a falta de univocidade relativamente ao formato

¹ O termo “intertextualidade científica” remete para a forma como a cumulatividade da produção académica e científica implica que os novos textos sejam criados tendo como referência outros já existentes, num processo de escrita simultaneamente original e interpretativo que deve observar um conjunto de princípios, regras e normas em vigor nessas esferas de produção (Kaposi & Dell, 2012). Assim, um processo de escrita intertextual incompetente ou ao arrepio dos códigos aplicáveis resulta em situações de plágio.

dessas referências bibliográficas (Power, 2009) e também pautar as suas pesquisas de fontes por critérios científicos e de credibilidade (Gullifer & Tyson, 2010). Note-se que ensinar a pesquisar, citar e referir de acordo com as normas académicas e científicas representa um momento raro para aproximar os estudantes da cultura académica, mas ensinar porque é importante fazê-lo possibilita também a valorização da honestidade e da integridade nesse contexto (Adam, 2016).

A literatura sobre práticas pedagógicas para a prevenção de fraudes académicas, em geral, e do plágio, em particular, encontra-se ainda numa fase inicial de desenvolvimento, sobretudo impulsionada por iniciativas sediadas nos Estados Unidos da América. Em revisão recente foram identificados vinte e um artigos publicados – seis entre 1995 e 2009 e quinze entre 2010 e 2016 – que apresentam e discutem intervenções educacionais dedicadas a essas temáticas (Stoesz & Yuditseva, 2018)². Esta revisão de literatura considerou experiências pedagógicas que assumiram a forma de i) *Workshop*, entendido como um momento de formação presencial que num período de tempo reduzido aborda conhecimentos ou competências específicas; ii) *e-Learning* que inclui formações não presenciais e individuais a partir de informações detalhadas sobre um determinado tema; iii) ou práticas pedagógicas que combinavam estes dois diferentes formatos. Nos *Workshops*, o formato mais frequente, apresentam-se e discutem-se temas relacionados com “integridade académica, plágio, políticas institucionais e/ou as principais estratégias para evitar o plágio com o objetivo de fornecer recursos, aumentar a conscientização e reduzir o risco de plágio” (idem, p. 6). Os alunos que os frequentam “reforçam o seu conhecimento sobre o plágio e as suas capacidades de parafrasear” (idem, p. 15). Os métodos de *e-Learning* encontram-se mais vocacionados para “apresentar os alunos a formas apropriadas de parafrasear, citar, [identificar] estilos de documentos, e estratégias para evitar o plágio” (idem, p. 6) e revelam-se “eficazes na redução da ocorrência de plágio e para melhorar o conhecimento e as atitudes em relação à integridade académica” (idem, p. 15). Existem, portanto, vantagens em combinar estes dois formatos, já que permitem uma melhor gestão do tempo, dos conteúdos e da profundidade com que são abordados em cada momento (idem). Acresce também que, em muitos dos estudos revistos, se relatam bons resultados com a utilização de metodologias de aprendizagem baseadas em resolução de problemas, pois incentivam os estudantes a “desenvolver as suas capacidades de pensamento crítico e autoconfiança” (idem, p. 15). Apesar das experiências pedagógicas englobadas nesta revisão convergirem no anúncio de

² A investigação realizada partiu da pesquisa de um conjunto de palavras-chave nas bases de dados CINAHL, ERIC, ProQuest Dissertations and Theses, PubMed, Science Direct, Scopus e Web of Science. Os critérios de pesquisa apenas incluem investigações que i) apresentam uma secção metodológica que clarifique a iniciativa educacional relatada, ii) os participantes sejam alunos do ensino pós-secundário e superior, iii) não fossem uma revisão de um livro ou uma discussão crítica, iv) não procurassem medir ou dessem detalhes sobre a sua eficácia v) e que não focassem apenas atitudes e/ou prevalências relativamente a más-condutas académicas (Stoesz & Yuditseva, 2018).

bons resultados, convém assinalar as limitações identificadas na mensuração da sua eficácia, quer porque em oito delas decorre de uma avaliação qualitativa não sistemática de, por exemplo, satisfação, perceções e opiniões de participantes, quer porque nas restantes resulta de aplicações de questionários – antes e/ou durante e/ou depois das atividades – com taxas de resposta e amostras maioritariamente diminutas e, portanto, com um “baixo poder estatístico” (idem, p. 14).

UM WORKSHOP PARA A PREVENÇÃO DO PLÁGIO E PROMOÇÃO DA HONESTIDADE ACADÉMICA: METODOLOGIA E CONTEÚDOS

Partindo destes pressupostos e considerando os exemplos de outras práticas pedagógicas similares, os autores criaram um *Workshop* destinado à prevenção do plágio e à promoção da honestidade académica entre alunos no ensino superior, com uma extensão não presencial, designadamente, um conjunto de documentos disponibilizados via *online* aos participantes que, além de sistematizarem e aprofundarem os conteúdos abordados presencialmente, contêm vários exemplos de boas e más condutas, bem como exercícios práticos baseados na resolução de problemas. A duração deste *Workshop* é de duas horas e trinta minutos e a sua animação ficou a cargo dos seus dois autores, apoiados pela projeção de *slides* numa apresentação em *Microsoft PowerPoint*. Refira-se, desde logo, que os conteúdos abordados nesta atividade se ancoram sobretudo nas convenções em vigor na área de formação e de docência dos seus autores – sociologia – e nas suas instituições de ensino superior – ISCTE-IUL e FCSH-UNL –, ainda que, como se detalhará adiante, tenham sido depois adaptados a outros contextos académicos.

Definiu-se como público prioritário os estudantes em cursos conducentes a graduações de 1.º e 2.º ciclos, pois existem evidências de que a prevalência de plágio diminui ao longo do percurso no ensino superior, tanto relatadas numa das investigações de âmbito nacional referidas antes (Teixeira, 2011), como num estudo que observou os alunos em todos os ciclos de ensino de uma instituição lisboeta do ensino público universitário (Ramos, 2017). Esta atividade pedagógica foi primeiro testada na instituição de ensino de um dos seus autores através de quatro aplicações, duas com estudantes de licenciatura e duas em cursos de mestrado. Foi, posteriormente, enquadrada na campanha “Promoção da Integridade Académica” da Associação Portuguesa de Sociologia, a qual propôs aos diretores dos departamentos de sociologia e aos coordenadores de cursos de sociologia em Portugal o acolhimento deste *Workshop* nas suas instituições e a promoção junto dos “seus” alunos. A resposta afirmativa e pronta dos coordenadores contactados não deixa de constituir um primeiro indício da relevância destas temáticas nas agendas institucionais, pelo menos nas sociológicas, mas também da importância que

atribuem ao conhecimento como forma de prevenção do plágio e promoção da honestidade académica. Neste âmbito, entre 12 de fevereiro e 6 de maio de 2019, o *Workshop* foi realizado doze vezes em nove instituições portuguesas do ensino superior público universitário.

Conforme previsto, os participantes foram sobretudo alunos de 1.º e 2.º ciclos em cursos na área da sociologia, porém, dado tratar-se de sessões abertas, tornou-se também usual contar com a presença de alunos de doutoramento, investigadores ou docentes em sociologia e noutras áreas científicas, assim como de pessoal administrativo ou dirigente. Em duas instituições o *Workshop* foi promovido pelo Conselho Pedagógico, o que resultou numa (ainda) maior heterogeneidade do público. Em suma, participaram centenas de académicos de várias áreas científicas nesta experiência educacional.

Quanto aos conteúdos abordados, em primeiro lugar, apresenta-se e escarpeliza-se uma definição de fraude académica proposta por Almeida et al. (2015, p. 22), a saber, “a fraude académica é todo o ato ou omissão consciente que comprometa a justiça na avaliação dos desempenhos, competências e conhecimentos”. Este exercício inicial tem como objetivos clarificar o que se pode entender por fraude no ensino superior, salientar que não se acantona aos estudantes e destacar as suas implicações negativas a nível individual, mas também coletivo, quer na esfera do ensino, quer além dela. Procurou-se incentivar uma visão alargada das implicações da fraude académica a partir de uma reflexão dos seus efeitos entre colegas durante o curso e já depois da graduação no mercado de trabalho, um exercício projetivo similar ao proposto numa das atividades pedagógicas analisada na revisão supracitada e que também decorreu no âmbito de formações em sociologia (Trautner & Borland, 2013). Nessa atividade era proposto aos participantes que discutissem as razões porque os alunos se comportam por vezes de forma desonesta, os efeitos desses comportamentos para esse alunos, os seus colegas, a faculdade ou outras instituições e os motivos para que estudantes e faculdades tenham visões distintas da fraude académica, partindo do pressuposto consagrado no conceito de “imaginação sociológica” de Charles Wright Mills que, numa dada sociedade, as biografias individuais e coletivas se encontram em estreita articulação.

Descrevem-se depois os vários tipos de práticas fraudulentas agrupando-as em quatro grandes grupos: plágio, cópia, fabricação e facilitação/ocultação. Essas descrições foram compiladas a partir da literatura relacionada (e.g. Almeida et al., 2015, 2016; Sutherland-Smith, 2008). Este momento inicial procura criar uma plataforma de entendimento geral sobre as diversas práticas que podem ser consideradas fraudulentas em contexto académico, avançando, sempre que possível, exemplos

factuais de casos confirmados que foram mediatizados recentemente em contexto nacional ou internacional.

As várias práticas fraudulentas descritas são depois colocadas a par com os excertos dos códigos de ética, regulamentos e sanções que as enquadram na instituição em causa. Este exercício pressupõe uma recolha e análise prévia desses documentos em todas as instituições de ensino visitadas e a consequente adequação dos *slides* projetados. Pretendia-se, sobretudo, divulgar as políticas institucionais, dada a sua diagnosticada invisibilidade nas diversas comunidades académicas nacionais (Peixoto et al., 2016).

Esta primeira parte do *Workshop*, onde se aborda a fraude académica em geral, tem uma duração aproximada de 45 minutos. A segunda parte, inteiramente dedicado ao plágio, prolonga-se por cerca de uma hora e quinze minutos.

Em primeiro lugar apresenta-se uma definição de plágio proposta por Diane Pecorari (2002, p. 60), nomeadamente, que este ocorre quando “um qualquer objeto [e.g. palavras, argumentos, imagens ou gráficos] é retirado a uma fonte particular, publicada ou não, sem o reconhecimento adequado e com, ou sem, intenção de ludibriar”. Analisa-se esta definição ponto a ponto, salientando as várias formas que o plágio pode assumir, os desafios na definição das suas fronteiras e frisando que mesmo quando decorrente do desconhecimento das regras aplicáveis ou de um processo de escrita deficiente não deixa de ser considerado plágio de acordo com a generalidade das normas em vigor. Abre-se, assim, espaço para discutir a existência de casos de plágio não-intencionais e intencionais, uma particularidade que distingue esta prática das demais fraudes académicas e que reforça a importância de possuir os conhecimentos e competências que permitem evitar cometer plágio mesmo sem ter intenção de o fazer.

Segue-se a realização de um exercício onde, tendo por base um texto fictício com plágio, se procura explicar como podemos detetar esse plágio através de uma leitura atenta e confirmar a sua existência descobrindo e consultando a fonte original. Explora-se, depois, a deteção desse plágio através do programa informático *Turnitin* ou, caso existisse, do adotado oficialmente ou mais utilizado na instituição visitada, explicando-se ainda, de forma sumária, como funcionam os programas de “deteção de plágio” e como se interpretam os seus resultados.

Abordam-se, em seguida, as competências necessárias para melhorar a proficiência na escrita intertextual académica e, portanto, evitar situações consideradas como plágio ainda que não intencionais. Salienta-se nesse sentido a importância i) de

realizar uma pesquisa de fontes sistemática e crítica através de canais científicos ou de bases de dados de publicações revistas por pares, assim como de utilizar operadores booleanos para articular os termos de pesquisa e de organizar o acervo de informação compilado; ii) de construir e utilizar corretamente citações diretas e indiretas, especialmente no que concerne às citações indiretas – paráfrases e metáfrases; iii) e de creditar as fontes citadas de acordo com normas de referência bibliográfica no corpo do texto e em listagens de referências no seu final. Uma vez que não existe consenso entre instituições ou departamentos visitados sobre a norma de referência a adotar, averiguou-se previamente qual a (mais) utilizada em cada instituição e adaptou-se todos os *slides* da apresentação a essa norma, bem como os documentos disponibilizados *online*.

Reservam-se os trinta minutos finais para esclarecer dúvidas e fomentar um debate em torno da honestidade acadêmica e do plágio com, e entre, os participantes. Por último, divulga-se o *site* onde os participantes podem aceder aos quatro documentos que acompanham este *Workshop* e que também foram anunciados no início: procurou-se assim dirigir a atenção dos participantes mais para a exposição e debate do que para as anotações e/ou fotografias dos *slides* projetados. O primeiro destes documentos faz um resumo de todos os conteúdos abordados e acrescenta um conjunto de exemplos de boas e más práticas relacionadas com a construção e creditação de citações. Cada um dos restantes documentos sistematiza, mas também aprofunda, uma das três competências para a prevenção do plágio não intencional, isto é, a pesquisa de fontes, as citações diretas e indiretas e as normas bibliográficas. Em todos existem exercícios práticos resolvidos, respetivamente, a observação dos resultados de uma pesquisa de fontes utilizando diferentes canais e distintos critérios de pesquisa, a verificação da correção de citações de fontes e a deteção de erros em referências no corpo de um texto e numa listagem de referências. Além dos propósitos já assinalados, procurou-se que estes materiais guindassem o aprofundamento independente dos conhecimentos veiculados.

UM WORKSHOP PARA A PREVENÇÃO DO PLÁGIO E PROMOÇÃO DA HONESTIDADE ACADÉMICA: AVALIAÇÃO E TRANSFERIBILIDADE

Esta prática pedagógica não previa uma avaliação quantitativa do seu impacto. Uma opção que resulta dos relatos sobre a pouca fiabilidade e reduzido poder explicativo dos resultados obtidos desta forma (Stoesz & Yuditseva, 2018), por exemplo, através da aplicação de questionários pré e pós *Workshop*. Por outro lado, limitações de recursos materiais e humanos inviabilizaram o seguimento do impacto dos materiais disponibilizados, nomeadamente, através de questionários ou fóruns *online*. Assim, a avaliação desta prática resumiu-se a um exercício qualitativo,

sem qualquer pretensão de exaustividade ou representatividade, e que se baseia em questões colocadas a todos os participantes e em conversas informais com os docentes que acolheram e promoveram este *Workshop* nas várias instituições visitadas.

Primeiro, através de uma sondagem informal de “*braço-no-ar*”, procurou-se identificar quantos participantes sabem que existem códigos ou regulamentos sobre a fraude na sua instituição de ensino e, entre esses, quantos já os tinham lido. Se na primeira questão era usual existir um número considerável de braços-no-ar, na segunda estes invariavelmente representavam uma parcela residual, ou mesmo inexistente, dos presentes. Este cenário expectável confirma a relevância de divulgar códigos de ética e regulamentos que enquadram a honestidade e fraude nos diversos contextos académicos visitados, dado que este conhecimento também assume um papel importante enquanto dissuasor da fraude (Peixoto et al., 2016; Tatum & Schwartz 2017). Já durante o momento de debate os participantes foram questionados se já tinham tido contacto com os conhecimentos e competências abordados e se julgaram útil a sua participação. Nas respostas à primeira questão sobressaíram as respostas negativas e aquelas que reportavam abordagens esporádicas a estes temas, não concertadas e, por vezes, até contraditórias. As respostas à segunda questão afirmaram-se maioritariamente positivas, tendo sido por vezes destacada também a pertinência dos documentos de apoio, mesmo que nesse momento ainda não os conhecessem.

O público numeroso e diverso presente na maioria das sessões e o interesse prontamente demonstrado pelos colegas contactados em receber e promover este *Workshop* indiciam também a sua relevância que, aliás, foi invariavelmente salientada em conversas informais com esses colegas, unânimes também ao considerarem altamente deficitária a proficiência em escrita científica e o conhecimento sobre o enquadramento institucional da fraude por parte dos alunos do ensino superior. Acrescente-se que o formato escolhido também foi considerado oportuno pois foi facilmente integrado nos calendários escolares em vigor enquanto atividade extracurricular, permitindo, através dos documentos distribuídos, salvaguardar a memória futura deste evento.

Acrescente-se também que os alunos de 2.º e 3.º ciclo demonstraram maior entusiasmo durante a atividade do que os de 1.º ciclo, apesar destes últimos serem maioritários entre os participantes. Parece, portanto, que a notoriedade das questões relacionadas com a fraude e a honestidade académicas, assim como a consciência da necessidade de possuir competências para evitar o plágio, vão crescendo ao longo da própria carreira académica. Não será difícil justificar esta

relação, mas urge encontrar formas de sensibilizar os alunos de licenciatura para estes temas e conhecimentos, uma vez que, para muitos, a licenciatura marca o final da sua carreira escolar. Por outro lado, a diversidade de participantes deixou claro que existem especificidades a considerar na transmissão destes conhecimentos consoante as áreas científicas ou ciclos de ensino e que, nesta iniciativa, se procurou considerar, apesar das dificuldades decorrentes da filiação científica e institucional dos autores. Veja-se, por exemplo, as nuances entre plagiar num trabalho em ciências sociais, ciências naturais ou em artes e as possíveis interpretações face aos distintos regulamentos em cada instituição.

Em suma, não obstante as limitações deste *Workshop* e dos materiais que o acompanhavam, o interesse pronto e massivo em recebê-lo por parte dos diretores dos departamentos de sociologia e dos coordenadores de cursos de sociologia nacionais, o elevado número de participantes e as declarações destes, constituem os indicadores possíveis de que os conteúdos abordados foram considerados pertinentes e úteis para dar visibilidade ao tema da honestidade académica, divulgar as políticas institucionais nesse âmbito e prevenir o plágio ao clarificar procedimentos de escrita em contexto académico.

Enquanto atividade pedagógica no domínio da ética e dos métodos de trabalho científicos, esta prática indicou possuir uma transferibilidade alargada, quer considerando o seu formato, quer os seus conteúdos, quer ainda os seus públicos-alvo, mesmo que existam particularidades importantes a considerar e alterações substantivas a realizar face ao roteiro exposto em qualquer dessas transferências. Quanto ao formato, julgamos possível e produtivo aumentar a duração desta prática para várias sessões, permitindo assim aprofundar os seus conteúdos e dar maior foco aos exercícios práticos e debates. Com efeito, consideramos desejável que práticas pedagógicas deste tipo integrem os currículos académicos, passando de atividade extracurricular pontual a prática curricular obrigatória. Quanto aos conteúdos, surge desde logo evidente a pertinência de focar outras formas de fraude além do plágio, preservando porém o enquadramento geral da fraude académica e a divulgação dos regulamentos institucionais. É também importante, preservando o alinhamento criado, explorar as particularidades de determinadas áreas de formação ou cursos. A presença habitual de alunos de 3.º ciclo, mas também de investigadores, docentes e administrativos neste *Workshop*, deixa ainda patente que existem diversos públicos académicos interessados em atividades de prevenção do plágio e promoção da honestidade académica.

A prática pedagógica aqui apresentada, ancorada na literatura e na experiência académica dos seus autores, procurou contribuir para a prevenção do plágio e promoção da honestidade académica entre alunos do ensino superior. Não podemos deixar de considerar esta iniciativa bem-sucedida, ainda que o seu impacto será certamente reduzido se considerarmos a globalidade do ensino superior. Com efeito, sabendo que os conhecimentos e competências abordados nesta prática se afirmam fundamentais para a prevenção do plágio entre alunos e que fazê-lo a partir de perspetiva didática, mais do que moralista, facilita também a sua inserção na cultura académica e, portanto, promove a valorização da honestidade nessa esfera, seria desejável que ocorressem mais iniciativas deste tipo.

O formato e os conteúdos desta atividade podem ser facilmente reproduzidos ou adaptados a outros contextos académicos, contudo convém colmatar as lacunas aqui identificadas, nomeadamente, ao nível da sua adequação a vários públicos, procurando considerar as diferentes convenções de escrita científicas e os desiguais tipos de práticas fraudulentas entre áreas e ciclos de ensino, bem como desenvolver os métodos de avaliação de impacto, dotando-os de maior rigor – e.g. taxas de resposta mais elevadas nas análises quantitativas e maior sistematicidade nas qualitativas – e de maior alcance – e.g. análises longitudinais que permitam averiguar se as informações veiculadas são aprofundadas autonomamente ou partilhas. Apela-se também à partilha dessas experiências, dada a sua relevância enquanto objeto de estudo em diversas áreas científicas, relativa raridade, especialmente em terreno europeu, e contribuição para um desígnio que, apesar de transversalmente consagrado pelas instituições de ensino mundiais, se revela particularmente difícil de concretizar: a promoção de cultura de honestidade.

Com efeito, a reprodutibilidade flexível da prática aqui apresentada alicerça-se na coerência entre comunidades escolares e científicas internacionais, não obstante as suas particularidades. Em contexto nacional, ainda que considerando apenas a pequena porção da rede de ensino superior onde o *Workshop* decorreu, saliente-se que existem mais semelhanças do que diferenças na relação com a fraude e o plágio ou nos enquadramentos e políticas institucionais com eles relacionados; sobressaiu, sobretudo, uma clara predisposição, tanto de discentes, como de docentes, para debater os atuais contornos da fraude académica e os procedimentos existentes para a sua prevenção, vigilância e punição – mesmo que esta predisposição esteja por vezes ancorada num relativo mal-estar face a estes procedimentos e seus resultados práticos. Julgamos também plausível colocar como hipótese que este cenário não se confina às instituições de ensino superior visitadas.

Sendo notória a importância da formação dos estudantes para a prevenção do plágio, tal como salientam Macdonald e Carroll (2006), este é um tema complexo que carece de uma abordagem institucional holística, dada a multiplicidade de atores envolvidos – alunos, docentes, investigadores, funcionários académicos, instituições de ensino e agências externas de avaliação da qualidade do ensino – e que as suas diferentes práticas e perceções necessitam de ser conciliadas para que todos partilhem responsabilidades no dirimir deste problema.

AGRADECIMENTOS

Estamos gratos à Associação Portuguesa de Sociologia por ter promovido este *Workshop* junto dos departamentos de sociologia e dos diretores/coordenadores de cursos de sociologia em Portugal a recebê-lo e ainda financiado as deslocações dos seus autores. Agradecemos também a todos os colegas que prontamente acolheram e promoveram este *Workshop* nas suas instituições e a todos os que neles participaram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adam, L. (2016). Student perspectives on plagiarism. Em T. Bretag (ed.), *Handbook of academic integrity* (pp.519-535). Singapura: Springer.

Almeida, F., Seixas, A., Gama, P., & Peixoto, P. (2015). *A fraude académica no ensino superior em Portugal*. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Almeida, F., Seixas, A., Gama, P., Peixoto, P., & Esteves, D. (2016). *Fraude e plágio na universidade: A urgência de uma cultura de integridade no ensino superior*. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Carroll, J. (2016). Para que não se confunda a gestão do plagio estudantil com questões de ética, fraude e ludibrio: O que nos ensina a experiencia do ensino superior europeu. Em F. Almeida, A. Seixas, P. Gama, P. Peixoto, & D. Esteves, *Fraude e plágio na universidade: A urgência de uma cultura de integridade no ensino superior* (pp.59-98). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Childers, D., & Bruton, S. (2016). Should it be considered plagiarism? Student perceptions of complex citation issues. *Journal of Academic Ethics*, 14(1), 1-17.

Eckstein, M. (2003). *Combating academic fraud. Towards a culture of integrity*. Paris, França: Unesco.

Foltýnek, T., & Glendinning, I. (2015). Impact of policies for plagiarism in higher education across Europe: Results of the project. *Acta Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis*, 63(1), 207-216.

Glendinning, I. (2013). *Comparison of policies for academic integrity in higher education across the European Union*. Disponível em <http://plagiarism.cz/ippheae/files/D2-3-00%20EU%20IPPHEAE%20CU%20Survey%20EU-wide%20report.pdf> [Acedido em 20 Agosto 2019].

Glendinning, I. (2014). *Impact of policies for plagiarism in higher education across Europe: Plagiarism policies in Portugal*. Disponível em <http://plagiarism.cz/ippheae/files/D2-3-%20PT%20IPPHEAE%20CU%20Survey%20Portugal%20Narrative%20.pdf> [Acedido em 10 Julho 2019].

Gullifer, J., & Tyson, G. (2010). Exploring university students' perceptions of plagiarism: A focus group study. *Studies in Higher Education*, 35(4), 463-481.

Gottardello, D., Pàmies, M., & Valverde, M. (2017). Professors' perceptions of university students' plagiarism: A literature review. *Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentació*, 39, 1-13.

Hallak, J. (2016). Ética e fraude no ensino superior: à procura de novos modos de regulação. Em F. Almeida, A. Seixas, P. Gama, P. Peixoto, & D. Esteves, *Fraude e plágio na universidade: A urgência de uma cultura de integridade no ensino superior* (pp. 31-58). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Husain, M., Shaker, S., & Mahfoodh, O. (2017). Perceptions of and attitudes toward plagiarism and factors contributing to plagiarism: A review of studies. *Journal of Academic Ethics*, 15(2), 167-195.

Hutchings, C. (2014). Referencing and identity, voice and agency: Adult learners' transformations within literacy practices. *Higher Education Research & Development*, 32(2), 312-324.

Kaposi, D. & Dell, P. (2012). Discourses of plagiarism: Moralism, proceduralism, developmental and inter-textual approaches. *British Journal of Sociology of Education*, 33(6), 813-830.

McCabe, D. (1999). Academic dishonesty among high school students. *Adolescence*, 139(34), 681-687.

Macdonald, R., & Carroll, J. (2006). Plagiarism. A complex issue requiring a holistic institutional approach. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 31(2), 233-245.

Park, C. (2003). In other (people's) words: Plagiarism by university students. Literature and lessons. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 5(28), 471-488.

Pecorari, D. (2002). Original reproductions: An investigation of the source use of postgraduate second language writers (Tese de Doutoramento). Universidade de Birmingham, Reino Unido.

Peixoto, P., Esteves, D., Seixas, A., Almeida, F., & Gama, P. (2016). Políticas institucionais em Portugal relativas à fraude académica. Em F. Almeida, A. Seixas, P. Gama, P. Peixoto, & D. Esteves, *Fraude e plágio na universidade: A urgência de uma cultura de integridade no ensino superior* (pp. 195-240). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Power, L. (2009). University students' perceptions of plagiarism. *The Journal of Higher Education*, 80(6), 643-662.

Ramos, M. (2017, Maio). O plágio no ensino superior: Perceções e atitudes. Um estudo de caso. Comunicação apresentada em GHTM Sessions, Instituto de Higiene e Medicina no Trabalho, Lisboa, Portugal.

Sutherland-Smith, W. (2008). *Plagiarism, the internet, and student learning: Improving academic integrity*. Nova Iorque: Routledge.

Stoesz, B. M., & Yuditseva, A. (2018). Effectiveness of tutorials for promoting educational integrity: A synthesis paper. *International Journal for Educational Integrity*, 14(1), 1-22.

Tatum, H., & Schwartz, B. (2017). Honor codes: Evidence based strategies for improving academic integrity. *Theory Into Practice*, 56(2), 129-135.

Teixeira, A. (2011). *Integridade académica em Portugal. Relatório síntese global do estudo*. Porto, Portugal: FEP-UP/OBEGEF.

Trautner, M., & Borland, E. (2013). Using the sociological imagination to teach about academic integrity. *Teaching Sociology*, 41(4), 377-388.

Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Ana Nobre é docente da Universidade Aberta onde lecionada desde 1998, tendo sido anteriormente professora na Universidade Sorbonne, Paris, cidade onde viveu e estudou. Concluiu o Doutoramento em Didática das Línguas e Culturas Estrangeiras na Universidade da Sorbonne-Paris III. Enquanto investigadora, tem-se dedicado à Didática do e-Learning e à Educação Aberta. Email: ana.nobre@uab.pt

Ana Novo é doutorada em Ciências da Informação e Documentação, pela Universidade de Évora e é docente no Departamento de Humanidades da Universidade Aberta. Coordena a Pós-graduação em Ciências da Informação e o Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares desta Universidade. É membro integrado doutorado do CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, incidindo o seu trabalho de investigação na área da biblioteconomia escolar e na formação e ensino em Ciências da Informação em Portugal. Email: anovo@uab.pt

Andreia Fernandes Silva é especialista em Informação e Jornalismo, a desenvolver doutoramento em Ciências da Comunicação na área da literacia mediática. Concluiu o Curso de Doutoramento em Sociologia e o Curso de Especialização em Sociologia Portuguesa Contemporânea. Docente de ensino superior desde 2004. Entre os principais interesses incluem-se as metodologias de ensino, a literacia e a pedagogia. Email: infoasilva@gmail.com

Carlos Lopes é Doutor em Sociologia. Professor Associado da Universidade de Brasília (UnB), Brasil, Faculdade de Educação (FE) e atua no Departamento de Teoria e Fundamentos (TEF) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UnB). Integra Grupos de Pesquisa sobre Aprendizagens, Tecnologias e Educação a Distância e Educação e Sociologias. Email: carloslopes@unb.br

César Morais é licenciado em Sociologia pela NOVA.FCSH, mestre em Sociologia pela mesma instituição e atualmente frequenta o programa inter-universitário Opensoc de doutoramento em Sociologia coordenado por diversas instituições nas Universidades de Lisboa (ICS, ISCSP, ISEG), Nova de Lisboa (FCSH), Évora (IIFA) e Algarve (FE). É professor assistente convidado na NOVA.FCSH e investigador no CICS.NOVA. Email: calm@fcs.unl.pt

Germán Ruipérez es Catedrático de la UNED (Madrid) y primer catedrático de e-Learning de la Universidad española, tras doctorarse en Lingüística Alemana (Tesis Doctoral de alto impacto) por la Universidad de Marburg (Alemania).

Ha impartido docencia en una veintena de universidades e instituciones diferentes, aparte de haber dirigido diecisiete Tesis Doctorales y de ser autor o colaborador de más de un centenar de libros, monografías, CD-ROMs, vídeos, DVDs o artículos, habitualmente como resultado de veintinueve proyectos de investigación competitivos de I+D con financiación externa, de los cuales nueve fueron proyectos europeos. Más información en: www.ruiperez.org. Email: german@reiperez.org

João Simão é licenciado, mestre e doutorado em Gestão. Docente da UAb desde 2001, no Departamento de Ciências Sociais e Gestão. Investigador do CAPP – Centro de Administração e Políticas Públicas (ISCSP/UL). As atuais áreas de investigação e lecionação são o Desenvolvimento Sustentável e a Ética e a Responsabilidade Social das Empresas. Email: joao.simao@uab.pt

Joaquim Pombo Gonçalves possui uma licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), especialização em História Medieval (FLUL), Pós-graduação em Ciências da Documentação e Informação – Área de Arquivo (FLUL) e Mestrado em Ciências da Documentação e Informação (FLUL). É investigador Integrado do Centro de Estudos Clássicos da FLUL. Autor e coautor de artigos em revistas nacionais e internacionais, e capítulos de livros. Email: joaquimgoncalves@campus.ul.pt

José-Carlos García-Cabrero es Profesor Titular de Universidad en la UNED (Madrid), donde ha sido Vicerrector Adjunto de Medios Impresos y Audiovisuales, además de Vicedecano de Calidad e Innovación de su Facultad de Filología.

Premio del Ministerio de Ciencia e Innovación y UNIVERSIA por una de las mejores asignaturas on-line. Autor de cuarenta y tres publicaciones en revistas científicas y libros, ha participado en quince proyectos de investigación obtenidos en convocatorias competitivas internacionales, a los que se suman otros quince proyectos de transferencia de conocimiento al sector productivo.

Más información en: www.josecarlosgarciacabrero.es/bio. Email: jcgarcia@flog.uned.es

Katiane Coelho é licenciada em Marketing, Publicidade e Relações Públicas e atualmente a frequentar o mestrado em Língua e Relações Empresariais. Participação em estudos interdisciplinares no âmbito das ciências sociais, direcionado para as relações interculturais e sistemas da sociedade. Experiência profissional na área da gestão de negócios e no Marketing. Email: katianecoelho@outlook.pt

Madalena Ramos tem licenciatura e mestrado em Sociologia e doutoramento em Educação. É professora associada com agregação e atualmente Diretora do Departamento de Métodos de Pesquisa Social do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Leciona e coordena diversas disciplinas de Estatística e Análise de Dados em diferentes cursos e ciclos de estudo. É investigadora integrada do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES-IUL). Email: madalena.ramos@iscte-iul.pt

Pedro Pereira, doutorado em Geologia pela Universidade de Lisboa, é docente do Departamento de Ciências e Tecnologia, da Universidade Aberta, e membro integrado do Centro de Ecologia Funcional, da Universidade de Coimbra. As suas áreas de investigação são a paleontologia de equinodermes, a divulgação do geopatrimónio português e a avaliação dos impactes da extração e utilização de recursos geológicos. Email: pedro.pereira@uab.pt

Rosária Ramos é doutorada em Ciências Sociais, na especialidade em Sociologia, Mestre em Sociologia Económica e das Organizações e Licenciada em Sociologia do Trabalho. Professora Auxiliar no ISCSP em disciplinas da área da Sociologia do Trabalho e da Sociologia das Organizações. Os processos de adultez e de transição dos jovens da escola para o trabalho, a formação de competências estão entre os seus principais interesses de investigação. Email: ramos@iscsp.ulisboa.pt

Sónia P. Gonçalves é doutorada em Psicologia do Trabalho e das Organizações pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (IUL) e Professora Auxiliar Convidada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa). Coordenadora e investigadora do Grupo de Investigação de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP). Autora e coautora de diversas comunicações em eventos científicos, bem como artigos, capítulos e livros nacionais e internacionais. Email: goncalves.sonia@gmail.com